COAÇÃO

O artigo 151 do Código Civil diz: “a coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens”.

Numa acepção genérica, a palavra coação é sinônimo de violência praticada contra alguém. Se a pressão for irresistível e impedir a livre manifestação da vontade, tal vício contrapõe-se ao direito e torna anulável o ato jurídico.

Mas num segundo sentido, a coação é força organizada do poder e interfere para que haja exato cumprimento obrigatório do direito pelo obrigado. Tem-se aqui o próprio direito armado da força para garantir o seu cumprimento.

Os elementos necessários para que se configure a coação são:

- essencialidade da coação;
- intenção de coagir;
- real gravidade do mal causado;
- ilicitude da cominação;
- dano atual e iminente;
- justo receio de prejuízo, igual, pelo menos, ao decorrente do dano extorquido;
- ameaça de recair sobre a pessoa ou bens do paciente ,ou pessoas de sua família.

Tipos de Coação

- de natureza moral: se dirige contra a vida, a liberdade, a honra da vítima, as pessoas de seu círculo familiar ou ligadas por fortes vínculos efetivos;
- de natureza patrimonial: incide sobre o patrimônio da vítima;
- de natureza física: desde a ameaça de agressão caracterizada até ao emprego de todas as formas de sofrimento ou tortura infligidas à vítima, ou a pessoa de sua estima;
- de natureza psicológica: quando um indivíduo serve-se de um determinado segredo ou de um fato de natureza íntima de outrem, para obrigá-la à prática de um ato que não se concluiria se a ameaça não existisse.

Coação é a aplicação forçada da sanção. Se a sanção é garantia, a coação que a reforça também o é, só que com maior carga de força. Emprega-se a coação, se fizer mister, a

fim de que venha a tornar efetiva a sanção. É garantia de efetividade da consequência jurídica derivada do descumprimento do dever contido no preceito.

A sanção não se confunde com a coação. Se aquela é consequência pelo descumprimento do preceito, a outra, é a execução forçada da sanção.

COAÇÃO

O artigo 151 do Código Civil diz: “a coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens”.

Numa acepção genérica, a palavra coação é sinônimo de violência praticada contra alguém. Se a pressão for irresistível e impedir a livre manifestação da vontade, tal vício contrapõe-se ao direito e torna anulável o ato jurídico.

Mas num segundo sentido, a coação é força organizada do poder e interfere para que haja exato cumprimento obrigatório do direito pelo obrigado. Tem-se aqui o próprio direito armado da força para garantir o seu cumprimento.

Os elementos necessários para que se configure a coação são:

- essencialidade da coação;
- intenção de coagir;
- real gravidade do mal causado;
- ilicitude da cominação;
- dano atual e iminente;
- justo receio de prejuízo, igual, pelo menos, ao decorrente do dano extorquido;
- ameaça de recair sobre a pessoa ou bens do paciente ,ou pessoas de sua família.

Tipos de Coação

- de natureza moral: se dirige contra a vida, a liberdade, a honra da vítima, as pessoas de seu círculo familiar ou ligadas por fortes vínculos efetivos;
- de natureza patrimonial: incide sobre o patrimônio da vítima;
- de natureza física: desde a ameaça de agressão caracterizada até ao emprego de todas as formas de sofrimento ou tortura infligidas à vítima, ou a pessoa de sua estima;
- de natureza psicológica: quando um indivíduo serve-se de um determinado segredo ou de um fato de natureza íntima de outrem, para obrigá-la à prática de um ato que não se concluiria se a ameaça não existisse.

Coação é a aplicação forçada da sanção. Se a sanção é garantia, a coação que a reforça também o é, só que com maior carga de força. Emprega-se a coação, se fizer mister, a

fim de que venha a tornar efetiva a sanção. É garantia de efetividade da consequência jurídica derivada do descumprimento do dever contido no preceito.

A sanção não se confunde com a coação. Se aquela é consequência pelo descumprimento do preceito, a outra, é a execução forçada da sanção.

SANÇÃO JURÍDICA

Conseqüência jurídica danosa, prevista na própria norma, aplicada no caso de sua inobservância, não desejada por quem a transgride, sendo-lhe aplicável pelo poder público (direito nacional) ou por uma organização internacional (direito internacional).

A sanção jurídica neutraliza, desfaz, anula ou repara o mal causado pelo ilícito, bem como criar uma situação desfavorável para o transgressor. Só podem ser aplicadas sanções previstas em lei: além delas o juiz não tem escolha.

Nas sociedades arcaicas se praticava a pena privada, que ia muito além da gravidade do ilícito, estando na dependência do espírito de vingança do ofendido e de sua família. Ex: A lei das XII Tábuas dos romanos no inciso 164, previa multa no dobro do valor do prejuízo.

Com o fim da justiça privada e com a individualização da pena, a sanção passou a corresponder à gravidade do ilícito. A reparação não vai além do prejuízo e a pena pessoal deve ser proporcional ao ilícito.

A Pena Pública é estabelecida e aplicada pelo Estado (direito estatal) ou formulada pelo consenso dos países (direito internacional). É através da sanção que o estado distribui a justiça reparadora, no caso de ilicitude civil, determinando a reparação do dano, e a justiça repressiva, no caso de crime, aplicando a pena privativa da liberdade ou pena de multa.

As sanções da norma jurídica são de várias espécies, de modo geral podemos agrupá-las em seis categorias: repressiva, preventivas, executivas, restitutivas, rescisórias e extintivas.

Na repressiva, destaca-se a sanção penal (pena capital, pena privativa de liberdade, multa), no direito civil a prisão civil (por exemplo: pelo não pagamento de pensão alimentícia); no direito internacional: guerra, represália, boicote etc.; no direito administrativo: advertência, suspensão e demissão de servidor público; no direito fiscal: multa, prisão etc.

Na preventiva, no direito penal (medida de segurança), visa evitar a repetição de crimes, privando o delinqüente perigoso de sua liberdade ou privando-o do exercício de uma profissão (como por exemplo: a de motorista), enquanto nos demais ramos do direito objetiva evitar prejuízos ou impedir que o crédito fique sem garantia.

Na executiva: obriga o faltoso a cumprir a obrigação através da “execução forçada”.

Nas restitutivas restabelecem o status quo ante, como é o caso, no direito civil, das “perdas e danos” (reparação do dano), restabelecendo pela indenização o patrimônio lesado

no estado anterior ao dano, da restituição da coisa furtada ou da indevidamente apropriada, enquanto no direito processual, do pagamento de custas e honorários de advogado.

Nas rescisórias rescindem contratos, dissolvem sociedades (civis, comerciais e conjugais), anulam atos e sentenças etc.

Nas extintivas extinguem relações jurídicas e direitos pela ocorrência de prescrição ou decadência, outras impedem no curso do processo que uma questão decidida preliminarmente, seja renovada.

A sanção jurídica visa a desencorajar a inobservância da norma jurídica.

Classificação da norma quanto à sanção

Em função da sanção a norma pode ser: perfeita, imperfeita, menos que perfeita, e mais que perfeita.

Perfeitas: Normas que prevêm uma nulidade de um ato se houver violação, mas não pune.

Imperfeita: São normas que não consideram o ato nulo ou anulável, nem cominam castigos.

Menos que perfeita: São normas que prevêm apenas uma penalidade quando do descumprimento.

Mais que perfeita: São normas que prevêm uma nulidade de um ato e uma pena.

O termo sanção possui dois significados distintos que vincula-se na primeira acepção ao processo legislativo que se distingue da sua outra definição que apresenta representativamente a consequência positiva ou negativa prevista em lei para um determinado ato praticado por um indivíduo.

A sanção primordialmente é um instrumento constrangedor que atua de modo direto ou indireto e possui em seu sentido as vertentes de neutralizar, desfazer ou reparar um mal causado ilicitamente.

No processo legislativo a sanção apresenta um sentido de aprovação quando o Presidente da República sanciona um projeto de lei, esta sanção pode se apresentar de duas formas legais que são a sanção expressa ou a sanção in albis, nesta segunda tipologia a sanção é dada quando decorrido o prazo de 15 dias que o PR possui para se manifestar sobre o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional ele não se manifesta de forma expressa nem

vetando o projeto, desta forma o projeto de lei é sancionado de forma tácita e pode ser promulgado para em seguida ser publicado no Diário Oficial.

Para tanto a sanção como característica da ciência do direito possui o sentido de reprovação, de constranger o indivíduo que praticaste determinado ato ilícito previsto em lei com pena pré-determinada a ser julgada e aplicada pelo magistrado em caráter de anular, desfazer e reparar um dano causado através de um castigo.

Existe porém, a denominada sanção premial, contestada por alguns doutrinadores e defendida por Miguel Realle que designa um prêmio ao indivíduo que colabora nas investigações de um crime recebendo como prêmio a diminuição da sua pena, como também ao contribuinte que efetua um pagamento em dia recebendo de forma premial um desconto por este ato.

No social as regras de trato social exigem um cumprimento implícito que quando descumprido pode ocasionar na sanção chamada de sanção difusa, que implica na censura, crítica, rompimento das relações sociais e até mesmo expulsão do grupo.

CONEXÃO ENTRE COAÇÃO E SANÇÃO

Fique claro, antes de mais nada, que há doutrina não é uniforme com relação a coercibilidade da norma jurídica: há opiniões no sentido de que a norma jurídica é coercível, apenas; entretanto, esta opinião coexiste com uma idéia de que a norma jurídica se faz cumprir através de coação estatal, sendo às vezes coação usada no sentido de obrigar ilegalmente alguém a fazer ou deixar de fazer algo, mas neste caso sendo empregado com as devidas ressalvas de tratar-se de mecanismo de coação estatal.

Sendo a coercibilidade a capacidade da norma de se fazer cumprir, e sabendo que o ordenamento jurídico deve prever os dispositivos relacionados à obrigar aos cidadãos o cumprimento da norma, pode-se concluir que a coercibilidade (ou coação estatal) é pré-requisito para a prescrição e execução de sanção estatal.

Tomemos por exemplo o nosso Código de Trânsito Brasileiro. Esta norma jurídica prescreve instruções para circulação, estacionamento e documentação de veículos e respectivos condutores. À isto chama-se preceito. Relacionado ao descumprimento dos preceitos contidos, o Código referido traz uma série de penalidades administrativas previstas para todos os condutores que estiverem circulando com seus veículos de forma inadequada, com inobservância dos preceitos apresentados. Estas penalidades, chamadas de sanção, podem ir de multas pecuniárias à suspensão/perda, por parte do condutor, do direito de conduzir veículos, sem prejuízo de possíveis sanções civis e criminais, como pagamento de indenização por danos materiais e prisão por lesão corporal. Entretanto, isso não seria possível se o Código Brasileiro de Trânsito não falasse expressamente ao cidadão que o condutor que praticar irregularidades no trânsito fica sujeito à sanção estatal.

Portanto, assim funciona a coercibilidade da norma jurídica: a norma em seu conteúdo classifica um preceito, uma sanção e traz o aviso de que aquele que violar (ou praticar) o preceito sujeita-se a possibilidade da sanção estatal, e espera-se que isso crie no destinatário da lei o temor em descumpri-la.

Referências

- GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do Direito. 41. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do direito: primeiras linhas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.